APOSTILA – PROFESSOR DE LIBRAS

INDICE GERAL

- 1. Fundamentos, Princípios e Diretrizes da Educação Inclusiva
- 2. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
- 3. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- 4. Fundamentos e Aspectos Linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
- 5. Educação Bilíngue para Surdos
- 6. Metodologia de Ensino em Língua Brasileira de Sinais
- 7. Lei nº 13.146/2015 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
- 8. Portaria nº 122/2016 Diretrizes da Política de Educação Especial da Rede Municipal de Florianópolis
- 9. Educação das Relações Étnico-Raciais no Âmbito da Educação Básica
- 10. As Identidades que Configuram o Processo Educativo (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos)
- 11. Transversalidade e Interdisciplinaridade no Currículo da Educação Básica
- 12. Mídias, Educomunicação e Tecnologias na Educação
- 13. Meio Ambiente e Sustentabilidade na Educação
- 14. Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2016)

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1.1. Concepção de Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva é uma proposta político-pedagógica que busca garantir o direito de **todas as pessoas à educação de qualidade**, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais, étnicas ou culturais. Esse modelo rompe com a lógica excludente da integração, que exigia a adaptação do sujeito ao sistema, e promove um **sistema educacional acessível, equitativo e acolhedor** para todas e todos.

1.2. Princípios Fundamentais da Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva se estrutura em torno de princípios universais de **direitos humanos**, **equidade e valorização da diversidade**. Entre seus principais fundamentos estão:

- Acesso universal à educação: todos têm direito à educação, sem discriminação.
- Equidade e justiça social: não basta tratar todos igualmente, é necessário atender às diferentes necessidades para garantir igualdade de oportunidades.
- Valorização da diversidade: a diferença é compreendida como um valor que enriquece os processos educativos.
- Participação e aprendizagem de todos: a inclusão não se restringe ao acesso físico, mas envolve a efetiva participação e aprendizagem dos estudantes.

1.3. Marcos Legais e Normativos

Diversos documentos legais sustentam a Educação Inclusiva no Brasil, em consonância com tratados internacionais dos quais o país é signatário:

- Constituição Federal de 1988: garante o direito à educação como dever do Estado e da família, com prioridade para pessoas com deficiência.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394/1996): afirma que a educação deve assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Lei nº 8.069/1990): assegura o direito à convivência, ao respeito e à educação sem discriminação.
- Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014): estabelece metas para a universalização da educação e para a promoção da inclusão.
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009): com status de emenda constitucional, determina que o sistema

educacional deve ser inclusivo em todos os níveis.

1.4. Diretrizes da Educação Inclusiva

As diretrizes nacionais e locais para a Educação Inclusiva estabelecem parâmetros para as redes de ensino:

- Educação em ambientes inclusivos: garantia de matrícula em escolas regulares e não em instituições segregadas.
- Eliminação de barreiras: arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas.
- **Formação continuada dos profissionais**: capacitação dos docentes e equipes para lidar com a diversidade.
- Currículo flexível e acessível: que respeite os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem.
- **Recursos de acessibilidade**: como a presença de intérpretes de LIBRAS, materiais adaptados, tecnologias assistivas, entre outros.

1.5. Inclusão como Política Pública

A Educação Inclusiva deve ser tratada como **política pública intersetorial**, envolvendo as áreas de saúde, assistência social, cultura e direitos humanos, além da educação. A proposta não se limita ao ambiente escolar, mas se estende à formação da cidadania, à inserção social e à dignidade humana.

1.6. Papel do(a) Professor(a) de LIBRAS na Educação Inclusiva

O(a) professor(a) de LIBRAS desempenha papel fundamental na efetivação da inclusão de estudantes surdos e com deficiência auditiva. Suas ações são orientadas por:

- Promoção da acessibilidade linguística por meio da Língua Brasileira de Sinais.
- Apoio ao desenvolvimento bilingue, respeitando a LIBRAS como primeira língua e o português como segunda.
- Colaboração com a equipe pedagógica para adaptar atividades e avaliações às especificidades do público-alvo.
- Atuação ética e crítica, combatendo práticas discriminatórias e promovendo o direito à diferença.

1.7. Considerações Finais

A Educação Inclusiva é um compromisso com a **democracia**, **a justiça** e **a igualdade de direitos**. Para o(a) professor(a) de LIBRAS, conhecer seus fundamentos é essencial para construir práticas pedagógicas comprometidas com a participação, o respeito às singularidades e a aprendizagem significativa de todos os estudantes.

■ CAPÍTULO 2 – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.1. Origem e Contexto Histórico

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) foi instituída pelo Ministério da Educação em 2008, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Essa política representa um marco na transição da lógica integradora para uma abordagem verdadeiramente inclusiva, em consonância com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

Ela redefine a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, propondo **o atendimento educacional especializado (AEE)** dentro das escolas regulares e o acesso a recursos e apoios que garantam o direito à aprendizagem de todos.

2.2. Fundamentos e Diretrizes

A política é orientada por princípios de:

- Educação como direito de todos;
- Diversidade como valor e não como obstáculo;
- Equidade como estratégia para a justiça social;
- Inclusão como condição para a cidadania plena.

As diretrizes estabelecidas pela PNEEPEI são:

- Matrícula de estudantes público-alvo da educação especial em escolas comuns da rede regular;
- Oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar e suplementar ao ensino regular;
- Capacitação contínua de profissionais da educação;

- Adaptação arquitetônica, pedagógica e comunicacional dos ambientes escolares;
- Eliminação de barreiras que limitam a participação e a aprendizagem.

2.3. Público-Alvo da Educação Especial

A PNEEPEI define como público-alvo da Educação Especial:

- Estudantes com deficiência (física, sensorial, intelectual ou múltipla);
- Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento (como o Transtorno do Espectro Autista – TEA);
- Estudantes com altas habilidades/superdotação.

O objetivo é garantir que esses alunos não apenas frequentem a escola, mas tenham acesso às condições efetivas de **aprendizagem**, **desenvolvimento e participação**.

2.4. Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O AEE é um serviço oferecido de forma **complementar ou suplementar ao ensino regular**, com o objetivo de:

- Desenvolver estratégias específicas de ensino;
- Adaptar materiais didáticos e recursos pedagógicos;
- Utilizar tecnologias assistivas;
- Promover a acessibilidade comunicacional e linguística, especialmente por meio de LIBRAS, Braille, comunicação alternativa, entre outros;
- Apoiar a autonomia e a independência dos alunos no processo de aprendizagem.

O AEE pode ser ofertado em **salas de recursos multifuncionais** ou outros espaços definidos pelas redes de ensino, sempre com profissionais especializados.

2.5. Papel da Escola e da Comunidade Escolar

A escola inclusiva deve:

 Assumir responsabilidade pedagógica compartilhada por todos os estudantes, com ou sem deficiência;

- Planejar coletivamente ações e práticas pedagógicas que promovam inclusão;
- Estimular a formação de uma cultura escolar acolhedora e respeitosa à diversidade;
- Envolver as famílias e a comunidade no processo educativo.

2.6. Implicações para o Professor de LIBRAS

O(a) professor(a) de LIBRAS é parte fundamental no cumprimento da PNEEPEI ao:

- Garantir a acessibilidade linguística dos estudantes surdos;
- Atuar em parceria com os professores regentes e AEE na organização do ensino bilíngue;
- Desenvolver estratégias metodológicas adequadas à aquisição da LIBRAS como primeira língua;
- Respeitar a identidade cultural e linguística da comunidade surda;
- Trabalhar em consonância com a proposta pedagógica da escola e com os princípios inclusivos da política nacional.

2.7. Desafios e Avanços

Apesar dos avanços institucionais e normativos, a implementação da PNEEPEI enfrenta desafios como:

- Falta de formação adequada de docentes;
- Resistência a mudanças no modelo escolar tradicional;
- Ausência de recursos materiais e humanos em algumas redes;
- Preconceito e estigmas ainda presentes no cotidiano escolar.

Por outro lado, destacam-se como avanços:

- Ampliação das salas de recursos multifuncionais;
- Inclusão da temática nas formações continuadas;
- Produção de materiais didáticos acessíveis;

 Reconhecimento da LIBRAS como instrumento de inclusão e identidade cultural.

2.8. Considerações Finais

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representa um avanço civilizatório na busca por uma **educação democrática**, **plural e igualitária**. Cabe ao(à) professor(a) de LIBRAS compreender suas diretrizes e transformá-las em práticas pedagógicas eficazes, colaborando para que o direito à educação se efetive de forma plena e significativa.

CAPÍTULO 3 – CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Introdução à Convenção

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 13 de dezembro de 2006, entrando em vigor internacionalmente em 3 de maio de 2008. O Brasil foi um dos primeiros países a assinar o documento e o incorporou ao ordenamento jurídico interno por meio do Decreto nº 6.949/2009, com status de emenda constitucional, ou seja, valor jurídico equivalente ao da própria Constituição Federal.

Essa Convenção é um marco internacional na promoção dos **direitos humanos das pessoas com deficiência**, incluindo o direito à educação, à acessibilidade, à autonomia e à participação plena na sociedade.

3.2. Princípios Gerais da Convenção

A Convenção se fundamenta em princípios que reafirmam os direitos humanos universais e a dignidade da pessoa com deficiência, sendo eles:

- Respeito à dignidade inerente, à autonomia individual e à independência das pessoas:
- Não discriminação;
- Participação e inclusão plenas e efetivas na sociedade;
- Respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da condição humana;
- Igualdade de oportunidades;
- Acessibilidade;

- Igualdade entre homens e mulheres;
- Respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito de preservar sua identidade.

3.3. Educação Inclusiva na Convenção

A Convenção estabelece, no **Artigo 24**, que os Estados Partes devem assegurar **um sistema educacional inclusivo em todos os níveis**, com as seguintes garantias:

- Acesso à educação de qualidade, gratuita e inclusiva, em igualdade de condições com os demais;
- Proibição da exclusão do sistema educacional com base na deficiência;
- Adaptação razoável às necessidades individuais;
- Apoio necessário dentro do sistema educacional regular para facilitar o aprendizado;
- Formação de profissionais da educação, inclusive em comunicação alternativa, augmentativa e em LIBRAS;
- Promoção do aprendizado da Língua de Sinais como primeira língua para pessoas surdas;
- Respeito pela identidade linguística e cultural das comunidades surdas.

3.4. Relevância para o Professor de LIBRAS

Para o(a) **Professor(a) de LIBRAS**, a Convenção fortalece o direito:

- À acessibilidade linguística plena, com LIBRAS reconhecida como língua de instrução para surdos;
- À formação de docentes bilíngues que atuem tanto com a LIBRAS quanto com a Língua Portuguesa escrita;
- À promoção de uma educação bilíngue de qualidade e de respeito à identidade surda.

Além disso, legitima a necessidade de **interlocução entre a escola, a comunidade surda e os órgãos públicos** para a garantia de políticas públicas efetivas.

3.5. Acessibilidade e Direitos Culturais e Linguísticos

A Convenção destaca que:

- A acessibilidade deve ser garantida não apenas nos espaços físicos, mas também nos conteúdos curriculares e meios de comunicação;
- A LIBRAS é reconhecida como expressão cultural legítima, e as escolas devem garantir sua valorização e uso sistemático;
- As comunidades surdas têm direito à preservação de sua cultura, língua e identidade.

3.6. Desdobramentos na Legislação Nacional

A incorporação da Convenção ao direito brasileiro influenciou diretamente outras legislações e políticas públicas, como:

- Lei nº 13.146/2015 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
- Reforço à obrigatoriedade da presença de intérpretes de LIBRAS;
- Exigência de formação específica para docentes que atuam com estudantes surdos:
- Diretrizes para o ensino bilíngue nas redes públicas.

3.7. Considerações Finais

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência constitui um documento fundamental para a construção de práticas educacionais inclusivas e respeitosas à diversidade. Para o(a) professor(a) de LIBRAS, representa um amparo legal e ético para a luta por uma escola verdadeiramente acessível, bilíngue e comprometida com os direitos humanos.

CAPÍTULO 4 – FUNDAMENTOS E ASPECTOS LINGUÍSTICOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

4.1. Origem e Reconhecimento Legal

A **Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)** é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão no Brasil por meio da **Lei nº 10.436/2002**. Essa legislação foi regulamentada pelo **Decreto nº 5.626/2005**, que estabelece, entre outras diretrizes:

 A obrigatoriedade do ensino da LIBRAS nos cursos de formação de professores e fonoaudiólogos;

- A oferta de serviços de tradução e interpretação de LIBRAS-Português;
- A inclusão da LIBRAS como disciplina curricular.

A LIBRAS é uma **língua natural das comunidades surdas brasileiras**, com estrutura própria, gramaticalmente distinta da Língua Portuguesa.

4.2. Natureza Linguística da LIBRAS

Assim como outras línguas de sinais ao redor do mundo, a LIBRAS apresenta características que a definem como uma **língua de modalidade viso-espacial**, ou seja, é percebida visualmente e articulada por meio de movimentos corporais, especialmente das mãos, expressões faciais e do corpo.

Seus componentes linguísticos incluem:

- Fonologia: realizada por parâmetros como:
 - o Configuração de mão (ou forma da mão);
 - o Ponto de articulação (local onde o sinal é feito);
 - o Movimento;
 - Orientação da palma da mão;
 - Expressão facial e corporal (considerada parte da estrutura gramatical).
- Morfologia: processos de formação de palavras (sinais), incluindo:
 - Derivação (ex: tempo verbal);
 - Reduplicação (ex: pluralidade);
 - Classificadores.
- Sintaxe: estruturação das frases em LIBRAS, que não segue a mesma ordem da Língua Portuguesa. Uma frase em LIBRAS pode ter a estrutura verbo-sujeito-objeto (VSO), ou outras variantes, dependendo do foco informacional.
- **Semântica e Pragmática**: sentidos construídos conforme o contexto e a situação comunicativa, assim como acontece nas línguas orais.

4.3. Diferença entre Língua de Sinais e Comunicação Gestual

É essencial compreender que a LIBRAS **não é uma mímica ou gesticulação espontânea**, tampouco uma simples codificação da língua portuguesa. Trata-se de uma língua com:

- Vocabulário próprio;
- Gramática independente;
- Variedades regionais (sociolinguísticas);
- Capacidade de expressar qualquer ideia, seja concreta ou abstrata.

Dessa forma, a LIBRAS deve ser compreendida em seu status de **língua natural e legítima**, e não como apoio ou adaptação da língua majoritária.

4.4. Variação Linguística e Cultura Surda

Assim como em qualquer outra língua, a LIBRAS apresenta **variações linguísticas** influenciadas por:

- Região geográfica (sotaques e sinais locais);
- Geração (uso entre jovens e idosos);
- Gênero, escolaridade e grau de envolvimento com a comunidade surda.

Além disso, a LIBRAS é parte inseparável da **Cultura Surda**, que valoriza:

- A identidade surda como diferença e não como deficiência;
- A experiência visual do mundo;
- A produção cultural em sinais (poesia, teatro, narrativas);
- Os espaços comunitários surdos, como associações e congressos.

4.5. Aquisição da LIBRAS como Primeira Língua

Para crianças surdas, a **aquisição da LIBRAS desde os primeiros anos de vida** é crucial para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social. Pesquisas demonstram que:

- O atraso no acesso à língua de sinais pode comprometer seriamente o desenvolvimento da linguagem e do pensamento;
- Crianças expostas precocemente à LIBRAS apresentam desenvolvimento linguístico semelhante ao de crianças ouvintes expostas à língua oral.

O ensino da LIBRAS deve ocorrer em **ambientes ricos em interação**, com **modelos linguísticos qualificados** (professores surdos, intérpretes, familiares sinalizantes).

4.6. Relação entre LIBRAS e Língua Portuguesa

A relação entre a LIBRAS (língua de sinais) e a Língua Portuguesa (oral e escrita) deve ser compreendida como **uma relação de bilinguismo**. Para estudantes surdos:

- A LIBRAS é a primeira língua (L1), que estrutura o pensamento e a identidade cultural;
- A Língua Portuguesa é a segunda língua (L2), aprendida prioritariamente na modalidade escrita.

Essa relação exige estratégias pedagógicas diferenciadas para o ensino da leitura e escrita, respeitando a **mediação linguística e cultural** e garantindo os direitos linguísticos dos estudantes surdos.

4.7. Considerações Finais

Compreender os **fundamentos e aspectos linguísticos da LIBRAS** é essencial para qualquer profissional da educação que atue com surdos. Para o(a) professor(a) de LIBRAS, esse conhecimento é a base para práticas pedagógicas eficazes, inclusivas e culturalmente sensíveis. É também um compromisso com a valorização da **língua, identidade e cultura surda** no espaço escolar.

■ CAPÍTULO 5 – EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

5.1. Definição e Fundamentos da Educação Bilíngue

A Educação Bilíngue para Surdos é um modelo pedagógico que reconhece e respeita a LIBRAS como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2) dos estudantes surdos. Esse modelo não se limita ao ensino da comunicação, mas tem como objetivo garantir o pleno acesso ao currículo, à aprendizagem, à cultura e ao conhecimento, por meio das línguas reconhecidas pela comunidade surda.

A Educação Bilíngue parte do princípio de que a **linguagem é central para o desenvolvimento humano**, e que o acesso precoce a uma língua natural (no caso da criança surda, a LIBRAS) é indispensável para a construção do pensamento, da identidade e da cidadania.

5.2. Aspectos Legais e Normativos

A Educação Bilíngue para surdos é respaldada por diversos documentos legais:

 Lei nº 10.436/2002: reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão.

- **Decreto nº 5.626/2005**: regulamenta a inclusão da LIBRAS no ensino, formação docente e no atendimento educacional especializado.
- Lei nº 14.191/2021: altera a LDB para incluir a modalidade "Educação Bilíngue de Surdos" como parte da Educação Especial.
- Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009): garante o direito à educação em língua de sinais.

Esses instrumentos reforçam o direito do estudante surdo à educação bilíngue de qualidade, com valorização de sua língua e identidade cultural.

5.3. Componentes da Educação Bilíngue

A Educação Bilíngue para surdos requer a articulação dos seguintes elementos:

- LIBRAS como L1: é a base da cognição, comunicação e expressão do estudante surdo. Deve estar presente em todas as áreas do conhecimento como língua de instrução e interação.
- Língua Portuguesa escrita como L2: deve ser ensinada com métodos adequados, respeitando a mediação linguística e as particularidades do aprendizado da escrita por pessoas surdas.
- Professores bilíngues: capazes de ensinar usando LIBRAS como língua principal e com conhecimento da Língua Portuguesa escrita como segunda língua.
- Ambiente visualmente acessível: com uso de recursos visuais, organização espacial apropriada e eliminação de barreiras comunicacionais.
- Material didático bilíngue: adaptado, contextualizado e desenvolvido com base nas especificidades da comunidade surda.

5.4. Organização Pedagógica da Escola Bilíngue

Uma escola bilíngue para surdos deve ser organizada considerando:

- Profissionais surdos e ouvintes trabalhando em conjunto, valorizando a presença de professores surdos como modelos linguísticos e culturais.
- Presença de intérpretes de LIBRAS-Português, quando necessário, especialmente para mediação com famílias ouvintes ou contextos externos.
- **Uso de tecnologias acessíveis**, como vídeos em LIBRAS, softwares educativos com suporte visual, legendas e plataformas bilíngues.

 Currículo adaptado, sem perdas ou reduções de conteúdo, mas com metodologias adequadas à aprendizagem visual e à mediação linguística.

5.5. Papel do(a) Professor(a) de LIBRAS na Educação Bilíngue

O(a) professor(a) de LIBRAS tem papel central na efetivação da educação bilíngue:

- Ensina e promove a LIBRAS como língua de instrução e expressão cultural;
- Atua como mediador linguístico e pedagógico, garantindo a compreensão dos conteúdos curriculares;
- Colabora na elaboração de materiais didáticos bilíngues;
- Participa da formação continuada e do planejamento pedagógico bilíngue;
- Trabalha com foco na autonomia, identidade e valorização cultural do estudante surdo.

5.6. Desafios e Possibilidades

Apesar dos avanços legais e pedagógicos, a Educação Bilíngue enfrenta obstáculos como:

- Falta de formação específica de professores bilíngues;
- Escassez de materiais didáticos bilíngues de qualidade;
- Preconceito linguístico e resistência à LIBRAS em alguns contextos escolares;
- Ausência de políticas públicas robustas e continuadas.

Por outro lado, a experiência mostra que escolas que implementam o modelo bilíngue com compromisso e qualidade:

- Promovem maior rendimento acadêmico de estudantes surdos;
- Fortalecem a autoestima e a identidade cultural dos alunos;
- Favorecem a participação plena na vida social, cultural e profissional.

5.7. Considerações Finais

A Educação Bilíngue para surdos não é uma concessão, mas **um direito linguístico**, **cultural e pedagógico**. Para o(a) professor(a) de LIBRAS, compreender e aplicar esse

modelo é um **compromisso ético com a equidade, com a inclusão real e com o sucesso escolar dos estudantes surdos**. A construção de uma escola bilíngue é também a construção de uma sociedade mais justa e plural.

■ CAPÍTULO 6 – METODOLOGIA DE ENSINO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

6.1. Fundamentos Metodológicos

O ensino de LIBRAS, como qualquer língua, deve considerar os princípios gerais da didática de línguas, adaptando-os à sua especificidade viso-espacial. As metodologias precisam contemplar:

- Exposição constante à língua em contextos significativos;
- Práticas dialógicas e interativas;
- Atenção às necessidades linguísticas de aprendizes surdos e ouvintes;
- Valorização da cultura surda e da identidade linguística.

6.2. Abordagens Metodológicas

Algumas das principais metodologias utilizadas no ensino de LIBRAS incluem:

- Abordagem Comunicativa: enfatiza a interação e o uso da língua em situações reais de comunicação.
- **Método Visual–Gestual**: valoriza os recursos visuais e as estratégias não-verbais para o ensino de vocabulário e gramática.
- Ensino Temático e Contextualizado: organiza o ensino a partir de temas do cotidiano, incentivando a produção de sinais com significado concreto.
- **Uso de Tecnologias**: vídeos em LIBRAS, aplicativos e jogos visuais como facilitadores do processo de aprendizagem.

6.3. Práticas Pedagógicas Eficientes

Entre as práticas mais recomendadas para o ensino de LIBRAS, destacam-se:

- Diálogos e dramatizações;
- Narração de histórias visuais e contação de histórias sinalizadas;
- Atividades de descrição de imagens, lugares e objetos;

- Criação de vídeos sinalizados pelos alunos;
- Correção linguística respeitosa e interativa;
- Exploração de expressões faciais e corporais como elementos gramaticais.

6.4. Avaliação

A avaliação no ensino de LIBRAS deve ser:

- Contínua e formativa;
- Baseada em critérios de compreensão, fluência, uso correto dos parâmetros linguísticos e expressividade;
- Adaptada às condições de cada aprendiz, considerando seu percurso linguístico e cultural.

■ CAPÍTULO 7 – LEI Nº 13.146/2015 – LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LBI)

7.1. Apresentação da LBI

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), instituída pela Lei nº 13.146/2015, é um marco legal que regulamenta os direitos das pessoas com deficiência com base nos princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Ela tem por objetivo **assegurar e promover**, **em condições de igualdade**, **o exercício dos direitos e liberdades fundamentais** por pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania plena.

7.2. Princípios e Diretrizes da LBI

Entre os princípios que fundamentam a LBI, destacam-se:

- Respeito à dignidade, à autonomia e à liberdade de fazer escolhas;
- Igualdade de oportunidades;
- Acessibilidade e desenho universal;
- Não discriminação;
- Inclusão plena e efetiva na sociedade.

7.3. A LBI na Educação

No campo da educação, a LBI estabelece:

- Garantia de acesso à educação inclusiva de qualidade em todos os níveis;
- Obrigatoriedade de adaptações razoáveis, metodológicas e curriculares;
- Presença de **profissionais de apoio escolar**, quando necessário;
- Formação de professores para a educação inclusiva, incluindo o uso da LIBRAS;
- Proibição de cobrança de valores adicionais por parte de instituições privadas de ensino a estudantes com deficiência.

7.4. Papel da LIBRAS na LBI

A LBI reconhece a **LIBRAS** como elemento essencial de acessibilidade comunicacional e cultural. Determina que:

- A comunicação em LIBRAS deve ser garantida em contextos educacionais, sociais e institucionais;
- O acesso à educação bilíngue deve ser garantido aos surdos;
- Os órgãos públicos devem promover a formação de professores e intérpretes de LIBRAS.

7.5. Considerações Finais

A LBI é uma ferramenta jurídica fundamental para garantir o exercício de direitos das pessoas com deficiência. Para o(a) professor(a) de LIBRAS, ela representa o respaldo legal para promover a acessibilidade, o bilinguismo e o reconhecimento da diversidade linguística e cultural no ambiente escolar.

CAPÍTULO 8 – PORTARIA Nº 122/2016 – DIRETRIZES DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

8.1. Apresentação da Portaria

A **Portaria nº 122/2016**, da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, estabelece as diretrizes da **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** no âmbito da rede pública municipal. Ela representa a normatização local da política nacional e reforça o compromisso com a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

8.2. Princípios Orientadores

A política é fundamentada nos seguintes princípios:

- Inclusão como direito inegociável;
- Educação como dever da coletividade;
- Diversidade como valor pedagógico;
- Indissociabilidade entre o ensino comum e o atendimento educacional especializado (AEE).

8.3. Diretrizes Específicas

A portaria prevê:

- A matrícula dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas regulares;
- A oferta do **AEE no contraturno escolar**, com equipe qualificada;
- O respeito à identidade linguística dos estudantes surdos, com acesso à LIBRAS como primeira língua;
- A valorização do professor de LIBRAS e do intérprete de LIBRAS-Português como profissionais essenciais à inclusão;
- A promoção de **formações continuadas** para toda a comunidade escolar;
- A articulação entre escola, família e serviços intersetoriais.

8.4. Relevância para o Professor de LIBRAS

O(a) professor(a) de LIBRAS, segundo essa portaria:

- Tem papel fundamental na garantia do direito linguístico dos estudantes surdos:
- Deve atuar em parceria com os professores regulares e com o AEE;
- Participa do **planejamento pedagógico** e da elaboração de estratégias inclusivas.

CAPÍTULO 9 – EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

9.1. Fundamentos Legais

A Educação das Relações Étnico-Raciais é assegurada pela Lei nº 10.639/2003, que alterou a LDB para incluir o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. A medida tem como objetivo:

- Combater o racismo estrutural;
- Valorizar as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes;
- Promover a igualdade racial e o respeito à diversidade.

9.2. Objetivos Educacionais

A abordagem das relações étnico-raciais visa:

- Desconstruir estereótipos e preconceitos;
- Formar cidadãos críticos e conscientes da pluralidade étnica do Brasil;
- Promover o reconhecimento das identidades negras, indígenas e de outras minorias étnicas;
- Integrar o respeito à diversidade ao projeto pedagógico das escolas.

9.3. Temas Curriculares

A proposta curricular deve incluir:

- História da África e da cultura afro-brasileira;
- Contribuições negras na construção da sociedade brasileira;
- Religiões de matriz africana;
- Racismo, discriminação e estratégias de enfrentamento;
- Diversidade cultural, étnica e linguística.

9.4. Relação com a LIBRAS e a Educação Inclusiva

O(a) professor(a) de LIBRAS também deve estar comprometido com:

- A transversalidade da educação antirracista nas aulas em LIBRAS;
- O reconhecimento das identidades interseccionais, como surdos negros ou indígenas;
- A valorização das múltiplas culturas e línguas presentes no espaço escolar.

9.5. Considerações Finais

A Educação das Relações Étnico-Raciais deve estar presente em todos os níveis da Educação Básica. Para o(a) professor(a) de LIBRAS, ela representa o compromisso com uma **educação inclusiva**, **anticapacitista**, **antirracista e plural**, na qual todas as vozes — e sinais — sejam reconhecidas.

■ CAPÍTULO 10 – AS IDENTIDADES QUE CONFIGURAM O PROCESSO EDUCATIVO (CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, ADULTOS E IDOSOS)

10.1. Concepção de Identidade na Educação

A identidade é um **construto social, histórico e cultural** que se forma na relação com o outro e com o mundo. No contexto educativo, compreender as identidades é essencial para uma prática pedagógica inclusiva, respeitosa e significativa. A escola deve reconhecer e valorizar a **diversidade etária, cultural, de gênero, étnica, religiosa, linguística e de capacidades**.

10.2. Fases do Ciclo Vital e Suas Especificidades Educacionais

- Crianças: aprendem por meio do brincar, da exploração sensorial e da relação afetiva com o ambiente. A linguagem de sinais deve estar integrada às práticas pedagógicas desde a Educação Infantil.
- Adolescentes e jovens: vivem intensamente processos de afirmação identitária, desenvolvimento da autonomia e crítica social. A LIBRAS, neste contexto, deve ser veículo de expressão de ideias, sentimentos e posicionamentos.
- Adultos: trazem saberes prévios e experiências de vida que devem ser valorizados no processo educativo. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a LIBRAS assume papel de mediação para a construção da cidadania.
- Idosos: podem estar retomando a escolarização ou buscando inclusão digital, social e cultural. É necessário garantir acessibilidade linguística e respeito às suas histórias e tempos de aprendizagem.

10.3. Interseccionalidades

As identidades são múltiplas e interseccionadas: uma pessoa pode ser **surda**, **negra**, **mulher e idosa**, por exemplo. A prática docente deve ser sensível a essa complexidade, combatendo estigmas e promovendo equidade.

CAPÍTULO 11 – TRANSVERSALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

11.1. Definições

- Transversalidade: trata da incorporação de temas contemporâneos relevantes (ética, diversidade, meio ambiente, saúde, direitos humanos, etc.) ao currículo escolar, permeando todas as áreas do conhecimento.
- Interdisciplinaridade: busca integrar saberes de diferentes disciplinas, promovendo uma visão mais ampla, crítica e contextualizada da realidade.

11.2. Fundamentos Legais e Pedagógicos

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a LDB promovem a articulação entre saberes, incentivando o desenvolvimento de competências gerais, como:

- Pensamento crítico;
- Responsabilidade e cidadania;
- Argumentação e comunicação;
- Autoconhecimento e autocuidado.

11.3. Aplicações no Ensino de LIBRAS

Para o(a) professor(a) de LIBRAS, trabalhar a transversalidade e a interdisciplinaridade significa:

- Incorporar temas sociais relevantes ao ensino da língua de sinais (ex: identidade surda, racismo, acessibilidade);
- Promover projetos interdisciplinares em parceria com outras áreas, como Arte, Ciências, História;
- Explorar recursos diversos (vídeos, textos, jogos, dramatizações) para conectar a LIBRAS com o mundo real;

 Estimular a produção de conteúdo em LIBRAS sobre temas contemporâneos, favorecendo o protagonismo estudantil.

11.4. Considerações Finais

A transversalidade e a interdisciplinaridade são estratégias potentes para a formação de estudantes surdos **críticos**, **autônomos e inseridos em seu tempo e sociedade**. O ensino de LIBRAS deve dialogar com essas propostas, garantindo **acesso à linguagem**, **ao conhecimento e à cidadania**.

CAPÍTULO 12 – MÍDIAS, EDUCOMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

12.1. O Papel das Tecnologias no Processo Educativo

As **tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs)** transformaram a forma de ensinar, aprender e se comunicar. No contexto escolar, elas não são apenas ferramentas, mas **ambientes interativos** que ampliam as possibilidades de construção de conhecimento, especialmente no ensino de LIBRAS.

A inclusão digital é um direito, e a mediação com tecnologias deve:

- Ampliar a acessibilidade;
- Enriquecer a aprendizagem por meio de recursos visuais e multimodais;
- Estimular a produção de conteúdos em LIBRAS pelos próprios estudantes.

12.2. Educomunicação: Conceito e Práticas

A **educomunicação** integra a comunicação crítica ao processo educativo. Promove o desenvolvimento da **expressão**, **da leitura crítica da mídia e da autoria midiática** por parte dos estudantes.

No caso de alunos surdos, a educomunicação:

- Favorece a produção de vídeos, podcasts, animações e materiais visuais em LIBRAS;
- Estimula a criação de **conteúdo bilíngue** (LIBRAS e português escrito);
- Desenvolve habilidades comunicativas e criativas, valorizando a língua de sinais como meio de expressão artística e cultural.

12.3. Recursos e Plataformas Acessíveis

Exemplos de tecnologias utilizadas no ensino de LIBRAS:

- Aplicativos e dicionários em LIBRAS (VLibras, Hand Talk);
- Canais de YouTube com material educacional em sinais;
- Softwares de edição de vídeo e animação;
- Plataformas bilíngues com conteúdo adaptado (como o AVAMEC, MECflix);
- Ambientes virtuais de aprendizagem (Google Classroom, Moodle) com suporte visual.

12.4. Formação do Professor para o Uso de Tecnologias

O(a) professor(a) de LIBRAS deve buscar:

- Formação continuada em tecnologia educacional acessível;
- Criação de ambientes visuais interativos e inclusivos;
- Aproximação com a cultura digital dos estudantes;
- Parcerias com profissionais da tecnologia e da educomunicação.

■ CAPÍTULO 13 – MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO

13.1. Educação Ambiental: Concepção Ampliada

A **educação ambiental** deve ser compreendida como uma prática pedagógica **interdisciplinar, crítica, emancipatória e permanente**, conforme estabelecido pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999). Seu objetivo é formar cidadãos conscientes, responsáveis e participativos na preservação da vida e do planeta.

13.2. Princípios da Educação para a Sustentabilidade

- Respeito à vida e à diversidade;
- Consumo consciente e economia de recursos;
- Justiça social e ambiental;
- Participação social na tomada de decisões.

Esses princípios devem orientar o currículo escolar em todas as áreas do conhecimento, incluindo o ensino de LIBRAS.

13.3. Estratégias Didáticas em LIBRAS

Para o(a) professor(a) de LIBRAS, a educação ambiental pode ser abordada por meio de:

- Projetos interdisciplinares com temas como água, lixo, reciclagem e energia;
- Produção de vídeos em LIBRAS sobre práticas sustentáveis;
- Visitas a espaços ambientais com mediação bilíngue;
- Criação de materiais visuais e cartazes sinalizados sobre o meio ambiente.

13.4. Cultura Surda e Sustentabilidade

A comunidade surda, historicamente marginalizada, também sofre com os impactos socioambientais. Promover a sustentabilidade na educação bilíngue é:

- Valorizar o direito da população surda ao meio ambiente saudável;
- Ampliar sua participação nas políticas públicas;
- Criar pontes entre a luta ambiental e a luta pela acessibilidade e inclusão.

CAPÍTULO 14 – PROPOSTA CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS (2016)

14.1. Panorama Geral da Proposta Curricular

A Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2016) foi construída coletivamente com a comunidade escolar e propõe um currículo que:

- Respeita a pluralidade cultural, étnica e linguística;
- Valoriza a cidadania ativa, crítica e democrática;
- Reconhece as especificidades dos sujeitos da aprendizagem, inclusive estudantes com deficiência e surdos;
- Adota a inclusão como eixo estruturante da prática pedagógica.

A proposta é alinhada à BNCC, mas mantém a **autonomia da rede** para desenvolver currículos sensíveis à realidade local e às demandas de seus estudantes.

14.2. Princípios Educacionais Fundamentais

A proposta curricular se baseia nos seguintes princípios:

- Educação pública, laica, gratuita, inclusiva e de qualidade social;
- Gestão democrática e participativa;
- Direito à aprendizagem significativa para todos;
- Respeito à diversidade;
- Valorização dos saberes da comunidade e do território;
- Promoção da acessibilidade e da equidade.

14.3. Diretrizes para a Educação Especial

A proposta reconhece o papel da **Educação Especial na perspectiva inclusiva**, garantindo:

- Atendimento educacional especializado (AEE) no contraturno;
- Participação plena dos estudantes no currículo comum;
- Valorização dos profissionais especializados, como professores de LIBRAS, instrutores e intérpretes;
- Formação contínua dos docentes da rede para atuação inclusiva e bilíngue.

14.4. A LIBRAS e a Educação Bilíngue na Proposta Curricular

A presença da LIBRAS na rede municipal está prevista como:

- Direito linguístico dos estudantes surdos;
- Língua de instrução e expressão cultural;
- Elemento essencial à construção da identidade surda e ao acesso ao conhecimento.

O currículo bilíngue é estruturado para:

 Garantir ensino em LIBRAS com acesso à Língua Portuguesa escrita como segunda língua;

- Formação de professores bilíngues, com domínio da LIBRAS;
- Inclusão da cultura surda no cotidiano escolar.

14.5. Papel do Professor de LIBRAS

O(a) Professor(a) de LIBRAS, segundo essa proposta, deve:

- Atuar de forma integrada com os demais professores e com o AEE;
- Assegurar a mediação pedagógica por meio da LIBRAS;
- Promover o protagonismo linguístico e cultural dos estudantes surdos;
- Colaborar com a elaboração de material didático bilíngue;
- Participar da construção de uma escola que acolha a diversidade e combata o capacitismo.

14.6. Considerações Finais

A Proposta Curricular de Florianópolis reafirma a centralidade do compromisso com uma educação inclusiva, crítica e plural. Para o(a) **Professor(a)** de LIBRAS, ela oferece diretrizes claras para a efetivação da educação bilíngue, reconhecendo a LIBRAS não como adaptação, mas como linguagem legítima, direito garantido e instrumento de emancipação social e cultural.

ABAIXO AS PROVAS SIMULADAS

✓ Simulado 1 – Professor de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)

- 1. De acordo com a LDB (Lei nº 9.394/1996), a LIBRAS deve ser:
 - a) Utilizada somente nas instituições especiais.
 - b) Reconhecida como meio auxiliar de comunicação.
 - c) Considerada disciplina optativa na Educação Básica.
 - d) Reconhecida como meio legal de comunicação e expressão.
- 2. A Portaria nº 122/2016 de Florianópolis orienta que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) seja:
 - a) Exclusivo para estudantes com deficiência intelectual.
 - b) Realizado no turno escolar regular.
 - c) Ofertado em instituições separadas.
 - d) Realizado preferencialmente no contraturno escolar.
- 3. A Educação Bilíngue para surdos considera:
 - a) A oralização como prioridade para alfabetização.
 - b) A LIBRAS como língua estrangeira.
 - c) A LIBRAS como primeira língua e o português escrito como segunda.
 - d) A língua portuguesa oral como única via de acesso ao conteúdo.
- 4. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) garante:
 - a) A matrícula apenas em instituições especializadas.
 - b) A cobrança extra em instituições privadas para alunos com deficiência.
 - c) O direito à educação inclusiva em todos os níveis.
 - d) A substituição do currículo comum pelo currículo funcional.
- 5. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi incorporada ao Brasil com:
 - a) Status de decreto infraconstitucional.
 - b) Valor de norma administrativa.
 - c) Status de norma constitucional.
 - d) Aplicação apenas em leis estaduais.
- 6. O ensino de LIBRAS deve:
 - a) Limitar-se ao vocabulário técnico e escolar.
 - b) Priorizar a tradução simultânea.
 - c) Considerar metodologias visuais e práticas interativas.
 - d) Ser feito apenas por intérpretes.
- 7. A transversalidade no currículo permite:
 - a) A fragmentação das disciplinas.
 - b) A abordagem compartimentalizada do conhecimento.
 - c) A exclusão de temas não previstos na BNCC.
 - d) A inserção de temas como diversidade, meio ambiente e ética em todas as áreas.

- 8. A proposta curricular de Florianópolis (2016) reconhece a LIBRAS como:
 - a) Um recurso didático auxiliar.
 - b) Uma estratégia de inclusão facultativa.
 - c) Uma língua de instrução.
 - d) Uma forma de recreação para surdos.
- 9. A educomunicação promove:
 - a) O uso exclusivo de cartilhas impressas.
 - b) A exclusão da linguagem de sinais.
 - c) A produção de conhecimento crítico e autoral.
 - d) A passividade dos estudantes.
- 10. A legislação determina que professores de LIBRAS atuem:
 - a) Apenas como apoio administrativo.
 - b) Na mediação linguística e didática.
 - c) Somente no contraturno.
 - d) Como intérpretes formais da comunidade escolar.
- 11. Uma prática pedagógica coerente com a educação bilíngue é:
 - a) Leitura labial intensiva.
 - b) Aulas de LIBRAS com apoio visual e contextualizado.
 - c) Tradução simultânea do professor ouvinte.
 - d) Estímulo à oralização com o uso de fonoaudiólogos.
- 12. A Política Nacional de Educação Especial enfatiza:
 - a) A segregação como estratégia pedagógica.
 - b) A substituição do currículo comum.
 - c) A educação especial em escolas especiais.
 - d) A inclusão no ensino regular com recursos adequados.
- 13. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que:
 - a) A LIBRAS é obrigatória em todos os níveis.
 - b) O currículo deve ignorar a diversidade.
 - c) Os direitos de aprendizagem se aplicam a todos os estudantes.
 - d) Estudantes com deficiência devem seguir currículo adaptado com conteúdo reduzido.
- 14. Sobre as identidades no processo educativo, é correto afirmar:
 - a) São fixas e imutáveis.
 - b) Estão relacionadas apenas ao gênero.
 - c) Devem ser ignoradas no planejamento pedagógico.
 - d) São múltiplas, interseccionadas e influenciam o processo de aprendizagem.
- 15. Um exemplo de uso de tecnologia acessível para alunos surdos é:
 - a) Aplicativos com textos sem imagens.
 - b) Vídeos com legendas em inglês.
 - c) Plataformas com vídeos em LIBRAS.

- d) Livros didáticos sem ilustrações.
- 16. A educação ambiental deve ser:
 - a) Exclusiva das disciplinas de ciências.
 - b) Limitada às datas comemorativas.
 - c) Um conteúdo transversal e interdisciplinar.
 - d) Trabalhada apenas em escolas rurais.
- 17. O termo "cultura surda" refere-se:
 - a) Ao uso obrigatório de aparelhos auditivos.
 - b) À comunidade que compartilha a LIBRAS como língua e identidade.
 - c) À reabilitação clínica dos surdos.
 - d) À exclusão do sistema educacional regular.
- 18. Um dos principais objetivos do ensino bilíngue é:
 - a) Tornar o aluno fluente na língua oral.
 - b) Estimular o uso de dicionários bilíngues apenas.
 - c) Garantir o acesso ao conteúdo por meio da LIBRAS e do português escrito.
 - d) Eliminar a necessidade de intérpretes.
- 19. A atuação do professor de LIBRAS deve:
 - a) Ser técnica, sem envolvimento pedagógico.
 - b) Restringir-se ao apoio ao intérprete.
 - c) Ser integrada ao planejamento pedagógico e curricular.
 - d) Ser substituída por plataformas digitais.
- 20. A interdisciplinaridade permite:
 - a) O isolamento dos saberes.
 - b) O aprofundamento em uma única área.
 - c) A conexão entre diferentes disciplinas para compreensão global do conhecimento.
 - d) A desvalorização de conteúdos específicos.

♣ Gabarito – Simulado 1

1.D - 2.D - 3.C - 4.C - 5.C - 6.C - 7.D - 8.C - 9.C - 10.B 11.B - 12.D - 13.C - 14.D - 15.C - 16.C - 17.B - 18.C - 19.C - 20.C

Simulado 2 – Professor de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)

- 1. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência destaca que:
 - a) A acessibilidade é apenas arquitetônica.
 - b) A LIBRAS deve ser reconhecida como língua oficial.
 - c) O ensino deve ser segregado para pessoas com deficiência.
 - d) A acessibilidade inclui comunicação, cultura e linguagem.
- 2. A Portaria nº 122/2016 da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis prevê:
 - a) Atendimento educacional especializado exclusivo em escolas especiais.
 - b) Oferta do AEE no contraturno em escolas regulares.
 - c) Educação especial somente para alunos com deficiência física.
 - d) Educação bilíngue facultativa para surdos.
- 3. Um dos principais parâmetros linguísticos da LIBRAS é:
 - a) Fonema.
 - b) Configuração de mão.
 - c) Entonação vocal.
 - d) Uso de alfabeto manual sem variações.
- 4. O que caracteriza a metodologia comunicativa no ensino de LIBRAS?
 - a) Ênfase na repetição mecânica dos sinais.
 - b) Uso de sinais em contextos reais de comunicação.
 - c) Ensino exclusivamente teórico da gramática.
 - d) Tradução simultânea para o português.
- 5. A Lei nº 13.146/2015 (LBI) estabelece que:
 - a) Pessoas com deficiência podem ser excluídas da educação regular.
 - b) O acesso à educação deve garantir adaptações razoáveis.
 - c) A LIBRAS não tem status legal.
 - d) A educação especial deve ser segregada.
- 6. A Educação Bilíngue para Surdos implica que:
 - a) O português falado é a língua principal.
 - b) A LIBRAS é a língua primeira e o português escrito a segunda.
 - c) O ensino deve ser exclusivamente em português.
 - d) O uso da LIBRAS é proibido nas escolas regulares.
- 7. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) considera importante:
 - a) A exclusão dos alunos surdos do currículo comum.
 - b) O desenvolvimento de competências digitais e linguísticas para todos.
 - c) Que o ensino de LIBRAS seja opcional.
 - d) Que os alunos surdos sejam avaliados separadamente.
- 8. Na perspectiva da educação inclusiva, a escola deve:
 - a) Garantir somente o acesso físico dos alunos surdos.
 - b) Promover a participação efetiva e a aprendizagem significativa de todos.

- c) Utilizar apenas métodos tradicionais.
- d) Segregar alunos com deficiência auditiva em salas especiais.
- 9. O termo "cultura surda" envolve:
 - a) O uso de aparelhos auditivos.
 - b) A valorização da língua de sinais e identidade da comunidade surda.
 - c) O ensino oral como única forma de comunicação.
 - d) A reabilitação clínica para a audição.
- 10. A transversalidade no currículo favorece:
 - a) A inserção de temas como direitos humanos e diversidade em todas as disciplinas.
 - b) A fragmentação do conhecimento.
 - c) O ensino isolado de conteúdos.
 - d) A exclusão de conteúdos socioculturais.
- 11. O ensino bilíngue deve:
 - a) Priorizar a escrita do português.
 - b) Negligenciar a LIBRAS.
 - c) Garantir o acesso a ambas as línguas de forma integrada.
 - d) Ser desenvolvido exclusivamente por professores ouvintes.
- 12. A inclusão digital para estudantes surdos deve considerar:
 - a) Apenas o acesso aos dispositivos.
 - b) O uso de tecnologias acessíveis e conteúdos em LIBRAS.
 - c) A eliminação do uso da tecnologia em sala.
 - d) A substituição da LIBRAS por recursos digitais.
- 13. A atuação do professor de LIBRAS inclui:
 - a) Apenas o suporte técnico em sala de aula.
 - b) Planejamento pedagógico e mediação linguística.
 - c) Restrição às atividades extracurriculares.
 - d) Substituição do professor regente.
- 14. As tecnologias assistivas são importantes para:
 - a) Promover a exclusão dos estudantes surdos.
 - b) Facilitar a autonomia e comunicação.
 - c) Reduzir o tempo de aula.
 - d) Eliminar a necessidade de intérpretes.
- 15. A avaliação formativa no ensino de LIBRAS deve:
 - a) Ser feita apenas no final do semestre.
 - b) Considerar o progresso e a expressão comunicativa.
 - c) Ignorar as particularidades linguísticas dos alunos.
 - d) Ser restrita a provas escritas.
- 16. Um desafio na implementação da educação bilíngue é:
 - a) O excesso de materiais bilíngues.

- b) A falta de professores formados em LIBRAS.
- c) A resistência ao uso do português escrito.
- d) A supervalorização da cultura surda.
- 17. O papel do intérprete de LIBRAS na escola é:
 - a) Substituir o professor regente.
 - b) Facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes.
 - c) Ensinar conteúdos curriculares.
 - d) Trabalhar apenas fora da sala de aula.
- 18. A Portaria nº 122/2016 enfatiza a importância de:
 - a) Escolas exclusivas para alunos surdos.
 - b) Atendimento educacional especializado em espaços inclusivos.
 - c) Exclusão dos alunos surdos do currículo regular.
 - d) Avaliação diferenciada apenas para alunos ouvintes.
- 19. A cultura digital pode ser incorporada ao ensino de LIBRAS por meio de:
 - a) Vídeos, redes sociais e produção audiovisual em LIBRAS.
 - b) Uso exclusivo de livros didáticos impressos.
 - c) Proibição do uso da internet.
 - d) Exclusão das mídias digitais.
- 20. O direito à educação inclusiva está assegurado:
 - a) Apenas para crianças pequenas.
 - b) Somente em escolas privadas.
 - c) Para todas as pessoas com deficiência, conforme a legislação vigente.
 - d) Exclusivamente para alunos sem deficiência.

1.D - 2.B - 3.B - 4.B - 5.B - 6.B - 7.B - 8.B - 9.B - 10.A 11.C - 12.B - 13.B - 14.B - 15.B - 16.B - 17.B - 18.B - 19.A - 20.C

Simulado 3 – Professor de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)

- 1. A Lei nº 10.436/2002 reconhece a LIBRAS como:
 - a) Um código gestual sem status legal.
 - b) A língua oficial dos surdos no Brasil.
 - c) Meio legal de comunicação e expressão no país.
 - d) Disciplina optativa na Educação Básica.
- 2. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), o acesso à educação deve garantir:
 - a) Exclusão de alunos com deficiência em escolas regulares.
 - b) Adaptações razoáveis e acessibilidade.
 - c) Ensino segregado em instituições especiais.
 - d) Aplicação de currículos simplificados.
- 3. A Portaria nº 122/2016 define como diretriz:
 - a) Exclusão dos alunos surdos do atendimento educacional especializado.
 - b) Oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno escolar.
 - c) Ensino exclusivo em escolas especiais.
 - d) Substituição dos professores de LIBRAS por intérpretes.
- 4. O conceito de cultura surda está ligado a:
 - a) Deficiência auditiva como limitação.
 - b) Uso de aparelhos auditivos.
 - c) Comunidade que compartilha a LIBRAS como língua e identidade cultural.
 - d) Exclusão do ensino regular.
- 5. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) recomenda:
 - a) Inclusão de temas transversais como direitos humanos e diversidade.
 - b) Exclusão dos estudantes surdos do currículo comum.
 - c) Currículo reduzido para alunos com deficiência.
 - d) Avaliações diferenciadas sem integração curricular.
- 6. Um dos principais desafios do ensino bilíngue é:
 - a) Falta de materiais didáticos bilíngues de qualidade.
 - b) Abundância de professores bilíngues.
 - c) Excessiva oferta de formação continuada.
 - d) Resistência dos alunos ao uso da LIBRAS.
- 7. A avaliação formativa no ensino de LIBRAS deve:
 - a) Ignorar o processo de aprendizagem dos alunos.
 - b) Considerar as particularidades linguísticas e culturais.
 - c) Focar apenas em provas escritas.
 - d) Ser feita somente ao final do curso.
- 8. As tecnologias assistivas visam:
 - a) Substituir o ensino presencial.
 - b) Facilitar o acesso e a participação dos estudantes com deficiência.
 - c) Restringir o uso da LIBRAS.

- d) Diminuir o contato entre professores e alunos.
- 9. O professor de LIBRAS deve:
 - a) Atuar isoladamente da equipe pedagógica.
 - b) Trabalhar em parceria com professores regentes e AEE.
 - c) Exercer apenas função técnica.
 - d) Ser intérprete exclusivo da escola.
- 10. A educação inclusiva busca:
 - a) Segregação dos estudantes com deficiência.
 - b) Acesso, participação e aprendizagem de todos em ambientes comuns.
 - c) Educação separada por deficiência.
 - d) Exclusão das especificidades linguísticas.
- 11. A transversalidade curricular permite:
 - a) Fragmentar o ensino em disciplinas isoladas.
 - b) Inserir temas relevantes em todas as áreas do conhecimento.
 - c) Limitar o debate sobre diversidade.
 - d) Excluir conteúdos sociais.
- 12. A educomunicação na educação de surdos envolve:
 - a) Produção de conteúdo crítico em LIBRAS e português.
 - b) Uso exclusivo de textos escritos.
 - c) Restrição do acesso à mídia digital.
 - d) Exclusão da linguagem visual.
- 13. A relação entre LIBRAS e língua portuguesa é:
 - a) De bilinguismo, com LIBRAS como L1 e português escrito como L2.
 - b) De substituição da LIBRAS pelo português.
 - c) De equivalência direta entre sinais e palavras.
 - d) De ensino exclusivo da língua oral.
- 14. Um ambiente bilíngue deve garantir:
 - a) Uso isolado da LIBRAS sem contato com o português.
 - b) Integração das duas línguas com respeito à identidade surda.
 - c) Exclusão de alunos ouvintes.
 - d) Ensino apenas do português escrito.
- 15. A legislação brasileira determina que professores de LIBRAS:
 - a) Não precisam de formação específica.
 - b) Devem atuar com conhecimento linguístico e pedagógico.
 - c) São substituídos por intérpretes.
 - d) Atuam apenas em serviços sociais.
- 16. Um dos direitos fundamentais das pessoas surdas é:
 - a) Acesso à educação bilíngue.
 - b) Exclusão das instituições regulares.
 - c) Uso exclusivo de comunicação oral.

- d) Isolamento social.
- 17. A Proposta Curricular de Florianópolis destaca:
 - a) A importância do currículo flexível e inclusivo.
 - b) A segregação de estudantes surdos.
 - c) O ensino padronizado sem adaptações.
 - d) A exclusão da cultura surda.
- 18. A cultura digital aplicada ao ensino de LIBRAS deve:
 - a) Excluir recursos visuais.
 - b) Estimular a produção de conteúdo multimodal.
 - c) Restringir o uso da internet.
 - d) Priorizar somente materiais impressos.
- 19. A atuação do professor de LIBRAS deve ser:
 - a) Limitada à sala de aula.
 - b) Articulada com toda a comunidade escolar.
 - c) Exclusivamente técnica.
 - d) Subordinada à equipe de intérpretes.
- 20. O conceito de acessibilidade linguística implica:
 - a) Adaptação de conteúdos apenas na língua oral.
 - b) Garantia do direito à comunicação em LIBRAS.
 - c) Uso exclusivo de tecnologias digitais.
 - d) Restrição do uso da LIBRAS.

★ Gabarito – Simulado 3

1.C - 2.B - 3.B - 4.C - 5.A - 6.A - 7.B - 8.B - 9.B - 10.B 11.B - 12.A - 13.A - 14.B - 15.B - 16.A - 17.A - 18.B - 19.B - 20.B

Simulado 4 – Professor de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)

- 1. A LIBRAS é caracterizada como:
 - a) Código gestual sem gramática definida.
 - b) Língua natural da comunidade surda brasileira.
 - c) Sistema de sinais universal.
 - d) Apenas forma de comunicação não verbal.
- 2. A educação bilíngue para surdos:
 - a) Prioriza a oralização do português.
 - b) Valoriza LIBRAS como língua materna e português escrito como segunda língua.
 - c) Rejeita o ensino do português.
 - d) Exige o uso exclusivo da língua portuguesa.
- 3. Segundo a LBI, o direito à acessibilidade inclui:
 - a) Apenas adaptações arquitetônicas.
 - b) Acesso à comunicação em LIBRAS e tecnologias assistivas.
 - c) Exclui o uso de intérpretes.
 - d) Limita a comunicação a texto escrito.
- 4. A Portaria nº 122/2016 destaca que:
 - a) O AEE deve ocorrer em espaços segregados.
 - b) A escola deve garantir acesso à LIBRAS como primeira língua dos surdos.
 - c) O atendimento educacional é opcional para surdos.
 - d) O professor de LIBRAS atua somente no contraturno.
- 5. O ensino da LIBRAS deve considerar:
 - a) Somente aspectos formais da língua.
 - b) Aspectos linguísticos, culturais e identitários da comunidade surda.
 - c) Exclusivamente a tradução para o português.
 - d) A comunicação oral como prioridade.
- 6. Um dos desafios do ensino de LIBRAS é:
 - a) A escassez de materiais didáticos e formação docente adequada.
 - b) O excesso de recursos disponíveis.
 - c) A falta de interesse dos alunos.
 - d) A exclusão da cultura surda.
- 7. A Base Nacional Comum Curricular estabelece que:
 - a) Os direitos de aprendizagem devem garantir equidade para todos os estudantes.
 - b) A LIBRAS deve ser opcional.
 - c) Alunos surdos não participam do currículo comum.
 - d) O currículo deve ser uniforme sem adaptações.
- 8. A transversalidade no currículo permite:
 - a) A exclusão de temas contemporâneos.
 - b) A inclusão de temas sociais, culturais e ambientais em todas as disciplinas.
 - c) A fragmentação do conhecimento.

- d) A redução das disciplinas tradicionais.
- 9. A educomunicação na educação de surdos:
 - a) Promove a produção e circulação de conteúdos críticos em LIBRAS.
 - b) Substitui o ensino da LIBRAS.
 - c) Exclui as mídias digitais.
 - d) Limita a expressão criativa.
- 10. A cultura surda é entendida como:
 - a) Uma condição médica.
 - b) A comunidade que compartilha língua, cultura e identidade.
 - c) Uma deficiência.
 - d) Um grupo segregado.
- 11. A educação inclusiva exige:
 - a) Adaptação curricular e acessibilidade plena.
 - b) Ensino segregado para surdos.
 - c) Exclusão dos alunos com deficiência.
 - d) Restrição de LIBRAS em sala de aula.
- 12. O professor de LIBRAS deve:
 - a) Atuar isoladamente.
 - b) Participar do planejamento e da formação continuada.
 - c) Substituir o professor regente.
 - d) Focar apenas na tradução.
- 13. A avaliação formativa deve:
 - a) Ignorar as necessidades dos estudantes surdos.
 - b) Avaliar o desenvolvimento linguístico e comunicativo.
 - c) Ser exclusivamente escrita.
 - d) Ser aplicada somente no final do curso.
- 14. Tecnologias assistivas auxiliam:
 - a) Na exclusão dos estudantes surdos.
 - b) No acesso e autonomia dos alunos com deficiência.
 - c) Na redução da comunicação.
 - d) No isolamento dos alunos.
- 15. A relação entre LIBRAS e português é:
 - a) De bilinguismo.
 - b) De substituição de uma pela outra.
 - c) De exclusão da LIBRAS.
 - d) De ensino somente oral.
- 16. Um ambiente bilíngue deve:
 - a) Excluir o uso do português escrito.
 - b) Integrar LIBRAS e português com respeito às especificidades culturais.
 - c) Ser exclusivamente para alunos surdos.

- d) Priorizar o ensino do português falado.
- 17. A Portaria nº 122/2016 é importante porque:
 - a) Promove o atendimento educacional especializado em ambientes inclusivos.
 - b) Exclui os alunos surdos do ensino regular.
 - c) Restringe o uso da LIBRAS.
 - d) Não considera a formação de professores.
- 18. A cultura digital aplicada ao ensino de LIBRAS:
 - a) Restringe a participação dos alunos.
 - b) Incentiva a produção multimídia e a interação digital.
 - c) Substitui a língua de sinais.
 - d) Limita o uso da tecnologia.
- 19. A inclusão digital deve garantir:
 - a) Apenas acesso à internet.
 - b) Formação, recursos acessíveis e uso efetivo das tecnologias.
 - c) Exclusão de alunos com dificuldades.
 - d) Restrição do uso de dispositivos.
- 20. O professor de LIBRAS contribui para:
 - a) A manutenção do modelo segregacionista.
 - b) A promoção da acessibilidade linguística e cultural.
 - c) A exclusão dos estudantes surdos.
 - d) O isolamento na escola.

📌 Gabarito – Simulado 4

1.B - 2.B - 3.B - 4.B - 5.B - 6.A - 7.A - 8.B - 9.A - 10.B 11.A - 12.B - 13.B - 14.B - 15.A - 16.B - 17.A - 18.B - 19.B - 20.B

Simulado 5 – Professor de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)

- 1. A Constituição Federal de 1988 garante que a educação é:
 - a) Direito exclusivo das famílias.
 - b) Um dever do Estado e da família, com acesso universal.
 - c) Privativa de escolas particulares.
 - d) Opcional para pessoas com deficiência.
- 2. O conceito de acessibilidade linguística inclui:
 - a) Adaptação apenas de espaços físicos.
 - b) Acesso à comunicação em LIBRAS e outras formas de comunicação acessível.
 - c) Exclusão de alunos com deficiência.
 - d) Uso exclusivo de tecnologias digitais.
- 3. A LIBRAS é reconhecida oficialmente no Brasil por meio da:
 - a) Lei nº 13.146/2015.
 - b) Lei nº 10.436/2002.
 - c) Decreto nº 5.626/2005.
 - d) Portaria nº 122/2016.
- 4. A política de Educação Especial na perspectiva inclusiva busca:
 - a) Segregação de alunos com deficiência.
 - b) Inclusão em escolas regulares com apoio especializado.
 - c) Exclusão da rede regular de ensino.
 - d) Criação de escolas especiais exclusivas.
- 5. A metodologia do ensino de LIBRAS deve:
 - a) Priorizar métodos auditivos.
 - b) Valorizar a interação visual e gestual.
 - c) Ser baseada em tradução oral.
 - d) Restringir o uso da língua de sinais.
- 6. O papel do professor de LIBRAS inclui:
 - a) Suporte técnico apenas.
 - b) Mediação linguística e pedagógica integrada.
 - c) Atuação isolada da equipe escolar.
 - d) Exclusivamente tradução simultânea.
- 7. A Base Nacional Comum Curricular incentiva:
 - a) O ensino isolado de LIBRAS.
 - b) A integração de competências digitais e linguísticas para todos os alunos.
 - c) A exclusão de temas transversais.
 - d) A uniformização do currículo sem adaptações.
- 8. A transversalidade curricular permite:
 - a) Inserção de temas sociais, ambientais e culturais em todas as disciplinas.
 - b) Exclusão de conteúdos contemporâneos.
 - c) Compartimentalização dos conteúdos.

- d) Restrição ao ensino da diversidade.
- 9. A educação bilíngue promove:
 - a) O aprendizado isolado de línguas.
 - b) O desenvolvimento simultâneo da LIBRAS e do português escrito.
 - c) A substituição da LIBRAS pelo português.
 - d) A eliminação da cultura surda.
- 10. O atendimento educacional especializado (AEE) deve ser:
 - a) Facultativo para alunos surdos.
 - b) Complementar ao ensino regular, promovendo acessibilidade.
 - c) Exclusivo para alunos com deficiência física.
 - d) Realizado em escolas segregadas.
- 11. A cultura surda valoriza:
 - a) A oralização obrigatória.
 - b) A língua de sinais e identidade cultural.
 - c) A exclusão do sistema escolar regular.
 - d) A adaptação ao modo oral.
- 12. A Portaria nº 122/2016 reforça a importância de:
 - a) Educação segregada para surdos.
 - b) Oferta do AEE em ambientes inclusivos.
 - c) Exclusão da LIBRAS na escola.
 - d) Ensino exclusivamente em português.
- 13. As tecnologias assistivas contribuem para:
 - a) O isolamento dos estudantes.
 - b) A autonomia e inclusão na escola.
 - c) A substituição do professor.
 - d) A exclusão dos recursos digitais.
- 14. A avaliação no ensino de LIBRAS deve:
 - a) Ser única e final.
 - b) Considerar o processo e a expressividade linguística.
 - c) Ignorar as características do aluno surdo.
 - d) Restringir-se a provas escritas.
- 15. A inclusão digital para surdos envolve:
 - a) Apenas o acesso aos dispositivos.
 - b) Recursos e conteúdos acessíveis em LIBRAS.
 - c) Exclusão de tecnologias.
 - d) Restrição do uso da internet.
- 16. O bilinguismo implica:
 - a) Uso exclusivo de uma língua.
 - b) Domínio simultâneo de LIBRAS e português escrito.
 - c) Ensino só do português oral.

- d) Exclusão da LIBRAS do currículo.
- 17. A Proposta Curricular de Florianópolis valoriza:
 - a) A segregação dos alunos surdos.
 - b) A inclusão e a diversidade cultural.
 - c) O ensino padronizado e rígido.
 - d) A exclusão da identidade surda.
- 18. A educomunicação no contexto da LIBRAS:
 - a) Incentiva a produção de conteúdo crítico e autoral em língua de sinais.
 - b) Limita a participação dos alunos.
 - c) Exclui as mídias digitais.
 - d) Desestimula a criatividade.
- 19. O professor de LIBRAS deve atuar:
 - a) De forma isolada e técnica.
 - b) Integrado à equipe pedagógica e na formação continuada.
 - c) Apenas na tradução de conteúdos.
 - d) Exclusivamente na sala de recursos.
- 20. O direito à educação inclusiva está previsto em:
 - a) Apenas legislações estaduais.
 - b) Leis federais e convenções internacionais.
 - c) Normas internas das escolas.
 - d) Regimentos escolares locais.

★ Gabarito – Simulado 5

1.B - 2.B - 3.B - 4.B - 5.B - 6.B - 7.B - 8.A - 9.B - 10.B 11.B - 12.B - 13.B - 14.B - 15.B - 16.B - 17.B - 18.A - 19.B - 20.B

Simulado 6 – Professor de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)

- 1. A educação inclusiva tem como princípio:
 - a) A segregação dos estudantes com deficiência.
 - b) A igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade.
 - c) A exclusão de alunos surdos das escolas regulares.
 - d) A redução do currículo para alunos com deficiência.
- 2. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve:
 - a) Ser oferecido em escolas especiais exclusivas.
 - b) Ser complementar ao ensino regular e atender às necessidades específicas.
 - c) Substituir o ensino regular.
 - d) Ser uma atividade opcional para alunos surdos.
- 3. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência enfatiza:
 - a) A educação segregada.
 - b) O direito à educação inclusiva e acessível.
 - c) A exclusão da LIBRAS.
 - d) A prioridade ao ensino oral.
- 4. O ensino de LIBRAS deve:
 - a) Considerar a gramática e a estrutura visual-espacial da língua.
 - b) Basear-se em tradução literal para o português.
 - c) Ser restrito a aulas de laboratório.
 - d) Ignorar aspectos culturais da comunidade surda.
- 5. A Portaria nº 122/2016 da Secretaria Municipal de Florianópolis destaca:
 - a) A importância do AEE no contraturno.
 - b) O ensino segregado para alunos surdos.
 - c) A exclusão dos professores de LIBRAS.
 - d) A redução do atendimento para estudantes com deficiência.
- 6. A cultura surda inclui:
 - a) Apenas a deficiência auditiva.
 - b) A língua, identidade e práticas culturais da comunidade surda.
 - c) A reabilitação auditiva.
 - d) A exclusão social.
- 7. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) promove:
 - a) O ensino isolado das línguas de sinais.
 - b) A integração de competências para todos os estudantes, incluindo os surdos.
 - c) A exclusão de temas inclusivos.
 - d) A padronização rígida do currículo sem adaptações.
- 8. A metodologia comunicativa em LIBRAS valoriza:
 - a) O uso da língua em situações reais de comunicação.
 - b) A memorização de sinais isolados.
 - c) A tradução para o português em sala.

- d) O ensino exclusivo por meio da escrita.
- 9. A educação bilíngue para surdos garante:
 - a) A exclusão da LIBRAS.
 - b) O ensino da LIBRAS como língua principal e do português como segunda língua.
 - c) O uso exclusivo do português oral.
 - d) A segregação dos alunos.
- 10. A transversalidade curricular possibilita:
 - a) O isolamento dos conteúdos.
 - b) A incorporação de temas sociais e culturais em todas as disciplinas.
 - c) A redução da carga horária.
 - d) A exclusão de questões étnico-raciais.
- 11. A educomunicação para surdos:
 - a) Estimula a produção de conteúdo autoral em LIBRAS.
 - b) Limita o uso de tecnologias.
 - c) Substitui o ensino da língua de sinais.
 - d) Ignora a diversidade cultural.
- 12. O professor de LIBRAS deve:
 - a) Trabalhar isoladamente.
 - b) Participar ativamente do planejamento e da formação continuada.
 - c) Ser apenas intérprete.
 - d) Exercer funções administrativas.
- 13. A avaliação formativa em LIBRAS deve:
 - a) Ser única e final.
 - b) Considerar o desenvolvimento linguístico e comunicativo do aluno.
 - c) Ser restrita a provas escritas.
 - d) Ignorar o progresso do estudante.
- 14. As tecnologias assistivas são importantes para:
 - a) A inclusão e autonomia dos estudantes surdos.
 - b) A exclusão digital.
 - c) Substituir o professor.
 - d) Restringir o uso da LIBRAS.
- 15. O bilinguismo implica:
 - a) O ensino de LIBRAS como primeira língua e português escrito como segunda.
 - b) A substituição da LIBRAS pelo português.
 - c) O ensino apenas do português oral.
 - d) A exclusão da língua de sinais.
- 16. A Proposta Curricular de Florianópolis enfatiza:
 - a) A segregação dos estudantes surdos.
 - b) A inclusão e o respeito à diversidade linguística e cultural.
 - c) O ensino tradicional e excludente.

- d) A exclusão da cultura surda.
- 17. A cultura digital no ensino de LIBRAS deve:
 - a) Restringir o uso de mídias digitais.
 - b) Estimular a produção multimídia e o uso de tecnologias acessíveis.
 - c) Substituir o ensino presencial.
 - d) Ignorar as especificidades linguísticas.
- 18. A inclusão digital exige:
 - a) Apenas acesso à internet.
 - b) Formação e recursos acessíveis em LIBRAS.
 - c) Exclusão de alunos com dificuldades.
 - d) Restrição ao uso de tecnologias.
- 19. O professor de LIBRAS contribui para:
 - a) A promoção da acessibilidade e da identidade cultural.
 - b) A segregação escolar.
 - c) A exclusão de estudantes surdos.
 - d) O isolamento dos alunos.
- 20. A educação inclusiva tem como base:
 - a) A exclusão social.
 - b) A garantia de direitos e participação plena na escola.
 - c) A segregação de estudantes com deficiência.
 - d) O ensino homogêneo para todos.

📌 Gabarito - Simulado 6

1.B - 2.B - 3.B - 4.A - 5.A - 6.B - 7.B - 8.A - 9.B - 10.B 11.A - 12.B - 13.B - 14.A - 15.A - 16.B - 17.B - 18.B - 19.A - 20.B

Simulado 7 – Professor de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)

- 1. A LIBRAS é reconhecida legalmente por meio da:
 - a) Lei nº 10.436/2002.
 - b) Constituição Federal de 1988.
 - c) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
 - d) Decreto nº 6.949/2009.
- 2. A Educação Bilíngue para Surdos consiste em:
 - a) Ensino exclusivo em português oral.
 - b) Uso da LIBRAS como primeira língua e do português escrito como segunda língua.
 - c) Prioridade ao ensino da língua portuguesa falada.
 - d) Exclusão da LIBRAS do currículo escolar.
- 3. A Política Nacional de Educação Especial orienta:
 - a) A segregação dos alunos com deficiência.
 - b) O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno escolar.
 - c) A exclusão da LIBRAS da rede pública.
 - d) O ensino em escolas especiais.
- 4. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tem como princípio:
 - a) A exclusão social.
 - b) O respeito à dignidade, autonomia e participação plena.
 - c) O ensino segregado.
 - d) A exclusão da língua de sinais.
- 5. A Portaria nº 122/2016 reforça a importância de:
 - a) Oferta do AEE em ambientes inclusivos e acessíveis.
 - b) Ensino segregado para alunos surdos.
 - c) Exclusão da LIBRAS nas escolas.
 - d) Redução da formação docente.
- 6. O conceito de cultura surda envolve:
 - a) A condição médica da surdez.
 - b) A comunidade que compartilha a LIBRAS, identidade e práticas culturais.
 - c) O uso obrigatório de aparelhos auditivos.
 - d) A reabilitação clínica.
- 7. A metodologia comunicativa em LIBRAS enfatiza:
 - a) Uso da língua em contextos reais de comunicação.
 - b) Tradução simultânea para o português.
 - c) Memorização de sinais isolados.
 - d) Ensino exclusivamente teórico.
- 8. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca:
 - a) Exclusão dos estudantes surdos do currículo comum.

- b) Desenvolvimento de competências para todos os estudantes, incluindo surdos.
- c) Ensino separado para alunos com deficiência.
- d) Currículo padronizado sem adaptações.

9. A transversalidade curricular permite:

- a) Inclusão de temas como diversidade, meio ambiente e direitos humanos em todas as áreas.
- b) Compartimentalização do conhecimento.
- c) Exclusão de conteúdos contemporâneos.
- d) Redução da carga horária.

10. A educomunicação na educação de surdos busca:

- a) Desenvolver expressão, leitura crítica e produção autoral em LIBRAS.
- b) Limitar o uso das mídias digitais.
- c) Substituir o ensino da LIBRAS.
- d) Restrição à participação dos alunos.

11. O atendimento educacional especializado (AEE) deve:

- a) Ser facultativo para estudantes surdos.
- b) Complementar o ensino regular com recursos e metodologias específicas.
- c) Substituir o ensino em escolas regulares.
- d) Ser exclusivo para deficiência física.

12. A avaliação em LIBRAS deve:

- a) Considerar aspectos linguísticos e comunicativos do aluno.
- b) Ser única e escrita.
- c) Ignorar o progresso do estudante.
- d) Ser apenas final.

13. As tecnologias assistivas são:

- a) Ferramentas que facilitam a autonomia e participação dos estudantes.
- b) Recursos que substituem a presença do professor.
- c) Exclusivas para estudantes com deficiência motora.
- d) Limitadas ao uso da tecnologia assistiva auditiva.

14. A relação bilíngue entre LIBRAS e português é:

- a) Complementar, com LIBRAS como primeira língua e português como segunda.
- b) De substituição da LIBRAS pelo português.
- c) Exclusiva ao ensino oral.
- d) Negligenciada no ensino bilíngue.

15. A Proposta Curricular de Florianópolis:

- a) Valoriza a inclusão, diversidade linguística e cultural.
- b) Promove o ensino segregado.
- c) Uniformiza o currículo sem adaptações.
- d) Exclui a cultura surda.

- 16. A inclusão digital para surdos deve:
 - a) Garantir acesso, formação e recursos acessíveis em LIBRAS.
 - b) Restringir o uso da internet.
 - c) Limitar o acesso às tecnologias.
 - d) Exclusão de alunos com dificuldades digitais.
- 17. O papel do professor de LIBRAS inclui:
 - a) Atuação pedagógica, linguística e cultural integrada à equipe escolar.
 - b) Função técnica isolada.
 - c) Apenas tradução simultânea.
 - d) Atividades administrativas.
- 18. A cultura surda representa:
 - a) Uma condição clínica.
 - b) Um conjunto de práticas, línguas e identidades compartilhadas.
 - c) Apenas a deficiência auditiva.
 - d) Exclusão social.
- 19. O ensino bilíngue visa:
 - a) Promover o aprendizado da LIBRAS e do português escrito como línguas complementares.
 - b) Substituir a LIBRAS pelo português oral.
 - c) Limitar a comunicação a uma língua.
 - d) Exclusão da comunidade surda.
- 20. A educação inclusiva assegura:
 - a) A participação plena e o direito à aprendizagem de todos os estudantes.
 - b) A segregação de estudantes com deficiência.
 - c) A exclusão de identidades culturais diversas.
 - d) O ensino uniforme para todos.

♣ Gabarito – Simulado 7

1.A - 2.B - 3.B - 4.B - 5.A - 6.B - 7.A - 8.B - 9.A - 10.A 11.B - 12.A - 13.A - 14.A - 15.A - 16.A - 17.A - 18.B - 19.A - 20.A

Simulado 8 – Professor de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)

- 1. A Lei nº 10.436/2002 dispõe sobre:
 - a) O reconhecimento da LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão.
 - b) A obrigatoriedade do ensino do português oral para surdos.
 - c) A exclusão da LIBRAS nas escolas públicas.
 - d) A obrigatoriedade do uso do aparelho auditivo.
- 2. A educação inclusiva visa:
 - a) A segregação dos estudantes com deficiência.
 - b) A igualdade de oportunidades e a eliminação de barreiras.
 - c) A exclusão dos estudantes surdos das escolas regulares.
 - d) A exclusão da diversidade cultural no ambiente escolar.
- 3. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve:
 - a) Ser realizado em escolas especiais.
 - b) Complementar o ensino regular em ambientes inclusivos.
 - c) Substituir o ensino regular.
 - d) Ser opcional para alunos surdos.
- 4. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece:
 - a) A exclusão da língua de sinais na educação.
 - b) O direito à educação inclusiva e acessível.
 - c) O ensino segregado para pessoas com deficiência.
 - d) A prioridade ao ensino oral.
- 5. A Portaria nº 122/2016 da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis prevê:
 - a) A oferta do AEE no contraturno escolar.
 - b) O ensino segregado para surdos.
 - c) A exclusão da LIBRAS nas escolas.
 - d) A redução da formação de professores.
- 6. A cultura surda compreende:
 - a) A condição médica da surdez.
 - b) A língua, identidade e práticas culturais da comunidade surda.
 - c) A exclusão social.
 - d) O uso obrigatório de aparelhos auditivos.
- 7. A metodologia comunicativa no ensino de LIBRAS foca:
 - a) A memorização de sinais isolados.
 - b) O uso da língua em contextos reais de comunicação.
 - c) A tradução literal para o português.
 - d) O ensino teórico da gramática.
- 8. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incentiva:
 - a) A exclusão dos alunos surdos do currículo comum.
 - b) O desenvolvimento de competências para todos os estudantes, incluindo surdos.

- c) O ensino segregado para estudantes com deficiência.
- d) A padronização rígida do currículo sem adaptações.
- 9. A transversalidade no currículo escolar permite:
 - a) A inserção de temas sociais e culturais em todas as disciplinas.
 - b) A fragmentação do conhecimento.
 - c) A exclusão de conteúdos contemporâneos.
 - d) A redução da carga horária.
- 10. A educomunicação na educação de surdos promove:
 - a) A produção e circulação de conteúdos críticos e autorais em LIBRAS.
 - b) A exclusão da linguagem visual.
 - c) A limitação do uso das mídias digitais.
 - d) A passividade dos estudantes.
- 11. O professor de LIBRAS deve:
 - a) Atuar isoladamente da equipe pedagógica.
 - b) Participar ativamente do planejamento e formação continuada.
 - c) Ser apenas intérprete.
 - d) Exercer funções administrativas.
- 12. A avaliação formativa em LIBRAS deve:
 - a) Ser única e escrita.
 - b) Considerar o processo de aprendizagem e a expressão comunicativa.
 - c) Ignorar o desenvolvimento do aluno.
 - d) Ser restrita a provas finais.
- 13. As tecnologias assistivas têm como objetivo:
 - a) Substituir o professor.
 - b) Facilitar a inclusão e a autonomia dos estudantes.
 - c) Restringir o uso da LIBRAS.
 - d) Limitar o acesso à informação.
- 14. A relação bilíngue entre LIBRAS e português escrito é:
 - a) Complementar, valorizando ambas as línguas.
 - b) De substituição da LIBRAS pelo português.
 - c) Exclusiva ao ensino oral do português.
 - d) Negligenciada no currículo.
- 15. A Proposta Curricular de Florianópolis valoriza:
 - a) A inclusão e o respeito à diversidade linguística e cultural.
 - b) A segregação dos estudantes surdos.
 - c) O ensino padronizado sem adaptações.
 - d) A exclusão da cultura surda.
- 16. A inclusão digital para estudantes surdos envolve:
 - a) Apenas o acesso à internet.
 - b) Formação, recursos acessíveis e conteúdos em LIBRAS.

- c) Restrição ao uso das tecnologias digitais.
- d) Exclusão dos alunos com dificuldades digitais.
- 17. O professor de LIBRAS contribui para:
 - a) A segregação escolar.
 - b) A promoção da acessibilidade linguística e cultural.
 - c) O isolamento dos alunos surdos.
 - d) A exclusão dos estudantes surdos.
- 18. O conceito de acessibilidade linguística significa:
 - a) Adaptação apenas do espaço físico.
 - b) Garantia do direito à comunicação em LIBRAS e outros meios acessíveis.
 - c) Restrição ao uso da língua de sinais.
 - d) Uso exclusivo de tecnologias digitais.
- 19. A educação bilíngue busca:
 - a) Eliminar a LIBRAS no processo educacional.
 - b) Promover o desenvolvimento simultâneo da LIBRAS e do português escrito.
 - c) Priorizar o ensino da língua oral.
 - d) Excluir a identidade surda.
- 20. O atendimento educacional especializado deve ser:
 - a) Exclusivo para alunos com deficiência física.
 - b) Complementar ao ensino regular com foco na inclusão.
 - c) Facultativo para estudantes surdos.
 - d) Realizado apenas em escolas especiais.

♣ Gabarito – Simulado 8

1.A - 2.B - 3.B - 4.B - 5.A - 6.B - 7.B - 8.B - 9.A - 10.A 11.B - 12.B - 13.B - 14.A - 15.A - 16.B - 17.B - 18.B - 19.B - 20.B

Simulado 9 – Professor de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)

- 1. A Constituição Federal assegura que a educação deve ser:
 - a) Exclusiva para escolas particulares.
 - b) Direito de todos e dever do Estado e da família.
 - c) Limitada a crianças sem deficiência.
 - d) Opcional para pessoas com deficiência.
- 2. A LIBRAS é reconhecida legalmente por meio da:
 - a) Lei nº 10.436/2002.
 - b) Decreto nº 6.949/2009.
 - c) Constituição Federal de 1988.
 - d) Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 3. A Portaria nº 122/2016 prevê que o Atendimento Educacional Especializado (AEE):
 - a) Deve ser realizado em escolas segregadas.
 - b) É ofertado preferencialmente no contraturno escolar.
 - c) É opcional para alunos surdos.
 - d) Deve ser substituído por intérpretes.
- 4. O conceito de cultura surda inclui:
 - a) Apenas a deficiência auditiva.
 - b) A comunidade que compartilha a LIBRAS e a identidade cultural.
 - c) A reabilitação auditiva.
 - d) A exclusão social.
- 5. A educação bilíngue para surdos considera:
 - a) A LIBRAS como língua materna e o português escrito como segunda língua.
 - b) Ensino exclusivo em português oral.
 - c) Uso prioritário do português falado.
 - d) Exclusão da LIBRAS do currículo.
- 6. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza:
 - a) A exclusão de alunos surdos do currículo comum.
 - b) O desenvolvimento de competências para todos os estudantes, incluindo os surdos.
 - c) Ensino segregado para estudantes com deficiência.
 - d) Currículo uniforme sem adaptações.
- 7. A transversalidade curricular permite:
 - a) Inclusão de temas sociais, culturais e ambientais em todas as disciplinas.
 - b) Fragmentação do conhecimento.
 - c) Exclusão de conteúdos contemporâneos.
 - d) Redução da carga horária.
- 8. A educomunicação na educação de surdos promove:
 - a) Produção e circulação de conteúdos críticos em LIBRAS.
 - b) Limitação da expressão criativa.

- c) Exclusão das mídias digitais.
- d) Passividade dos estudantes.

9. O professor de LIBRAS deve:

- a) Atuar isoladamente da equipe pedagógica.
- b) Participar do planejamento e da formação continuada.
- c) Ser apenas intérprete.
- d) Exercer funções administrativas.

10. A avaliação em LIBRAS deve:

- a) Ser única e escrita.
- b) Considerar o processo e a expressividade linguística do aluno.
- c) Ignorar o progresso do estudante.
- d) Ser restrita a provas finais.

11. As tecnologias assistivas têm como objetivo:

- a) Substituir o professor.
- b) Facilitar a inclusão e a autonomia dos estudantes.
- c) Restringir o uso da LIBRAS.
- d) Limitar o acesso à informação.

12. A relação bilíngue entre LIBRAS e português escrito é:

- a) Complementar, valorizando ambas as línguas.
- b) De substituição da LIBRAS pelo português.
- c) Exclusiva ao ensino oral do português.
- d) Negligenciada no currículo.

13. A Proposta Curricular de Florianópolis valoriza:

- a) A inclusão e o respeito à diversidade linguística e cultural.
- b) A segregação dos estudantes surdos.
- c) O ensino padronizado sem adaptações.
- d) A exclusão da cultura surda.

14. A inclusão digital para surdos envolve:

- a) Apenas acesso à internet.
- b) Formação, recursos acessíveis e conteúdos em LIBRAS.
- c) Restrição ao uso das tecnologias digitais.
- d) Exclusão dos alunos com dificuldades digitais.

15. O professor de LIBRAS contribui para:

- a) A segregação escolar.
- b) A promoção da acessibilidade linguística e cultural.
- c) O isolamento dos alunos surdos.
- d) A exclusão dos estudantes surdos.

16. O conceito de acessibilidade linguística significa:

- a) Adaptação apenas do espaço físico.
- b) Garantia do direito à comunicação em LIBRAS e outros meios acessíveis.

- c) Restrição ao uso da língua de sinais.
- d) Uso exclusivo de tecnologias digitais.

17. A educação bilíngue busca:

- a) Eliminar a LIBRAS no processo educacional.
- b) Promover o desenvolvimento simultâneo da LIBRAS e do português escrito.
- c) Priorizar o ensino da língua oral.
- d) Excluir a identidade surda.
- 18. O atendimento educacional especializado deve ser:
 - a) Exclusivo para alunos com deficiência física.
 - b) Complementar ao ensino regular com foco na inclusão.
 - c) Facultativo para estudantes surdos.
 - d) Realizado apenas em escolas especiais.
- 19. A cultura digital aplicada ao ensino de LIBRAS:
 - a) Restringe a participação dos alunos.
 - b) Incentiva a produção multimídia e a interação digital.
 - c) Substitui a língua de sinais.
 - d) Limita o uso da tecnologia.
- 20. A educação inclusiva assegura:
 - a) A participação plena e o direito à aprendizagem de todos os estudantes.
 - b) A segregação de estudantes com deficiência.
 - c) A exclusão de identidades culturais diversas.
 - d) O ensino uniforme para todos.

♣ Gabarito – Simulado 9

1.B - 2.A - 3.B - 4.B - 5.A - 6.B - 7.A - 8.A - 9.B - 10.B 11.B - 12.A - 13.A - 14.B - 15.B - 16.B - 17.B - 18.B - 19.B - 20.A

Simulado 10 – Professor de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)

- 1. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil, reconhece a LIBRAS como:
 - a) Um mero recurso de comunicação assistida.
 - b) Língua oficial da comunidade surda brasileira.
 - c) Meio legal de comunicação e expressão.
 - d) Disciplina optativa em escolas regulares.
- 2. O conceito de Educação Inclusiva preconiza:
 - a) Segregação dos alunos com deficiência.
 - b) Acesso e participação plena de todos na educação regular.
 - c) Ensino exclusivo em escolas especializadas.
 - d) Exclusão dos alunos com necessidades especiais.
- 3. De acordo com a Portaria nº 122/2016, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser:
 - a) Exclusivo para alunos com deficiência intelectual.
 - b) Oferecido preferencialmente no contraturno escolar em escolas regulares.
 - c) Realizado somente em escolas segregadas.
 - d) Opcional e limitado a algumas redes.
- 4. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê:
 - a) A obrigatoriedade do ensino de LIBRAS em todos os níveis de ensino.
 - b) A exclusão dos alunos surdos do currículo comum.
 - c) A garantia dos direitos de aprendizagem a todos os estudantes, com adaptações.
 - d) A substituição do currículo pela educação especial.
- 5. A metodologia de ensino da LIBRAS deve:
 - a) Valorizar o uso da língua em contextos reais e significativos.
 - b) Ser baseada em tradução simultânea.
 - c) Focar na repetição mecânica dos sinais.
 - d) Priorizar o ensino da língua portuguesa oral.
- 6. A cultura surda compreende:
 - a) Apenas a deficiência auditiva.
 - b) A identidade, língua e práticas culturais compartilhadas pela comunidade surda.
 - c) A reabilitação auditiva.
 - d) A exclusão social.
- 7. A educomunicação aplicada à educação de surdos envolve:
 - a) A produção crítica e autoral de conteúdos em LIBRAS e português escrito.
 - b) A limitação do uso das mídias digitais.
 - c) A exclusão da linguagem visual.
 - d) A passividade dos estudantes.
- 8. As tecnologias assistivas têm como função:
 - a) Substituir o professor.

- b) Facilitar a autonomia e a participação dos alunos com deficiência.
- c) Restringir o uso da LIBRAS.
- d) Limitar o acesso às informações.
- 9. O bilinguismo em educação para surdos significa:
 - a) Ensino exclusivo da LIBRAS.
 - b) Uso da LIBRAS como primeira língua e do português escrito como segunda língua.
 - c) Substituição da LIBRAS pelo português oral.
 - d) Exclusão do português escrito.

10. A Proposta Curricular de Florianópolis destaca:

- a) A inclusão e valorização da diversidade cultural e linguística.
- b) O ensino segregado para alunos surdos.
- c) A padronização rígida do currículo.
- d) A exclusão da cultura surda.

11. A avaliação formativa no ensino de LIBRAS deve:

- a) Ser realizada apenas no final do processo.
- b) Considerar o desenvolvimento comunicativo e linguístico do aluno.
- c) Ignorar as particularidades culturais e linguísticas.
- d) Ser restrita a provas escritas.

12. A inclusão digital para estudantes surdos deve:

- a) Garantir acesso, formação e recursos acessíveis em LIBRAS.
- b) Limitar o uso da internet.
- c) Excluir alunos com dificuldades digitais.
- d) Proibir o uso de tecnologias em sala de aula.

13. O papel do professor de LIBRAS é:

- a) Atuar isoladamente.
- b) Integrar-se à equipe pedagógica, promovendo mediação linguística e pedagógica.
- c) Substituir o professor regente.
- d) Realizar apenas tradução simultânea.

14. A transversalidade curricular possibilita:

- a) A fragmentação do currículo.
- b) A inserção de temas sociais, culturais e ambientais em todas as áreas do conhecimento.
- c) A exclusão de conteúdos contemporâneos.
- d) A redução da carga horária.

15. O conceito de acessibilidade linguística implica:

- a) Apenas adaptações físicas nos espaços escolares.
- b) Garantia do direito à comunicação em LIBRAS e outras formas acessíveis.
- c) Restrição ao uso da língua de sinais.

- d) Uso exclusivo de tecnologias digitais.
- 16. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é:
 - a) Facultativo para estudantes surdos.
 - b) Complementar ao ensino regular, proporcionando recursos e estratégias específicas.
 - c) Exclusivo para alunos com deficiência física.
 - d) Realizado apenas em escolas especiais.
- 17. A educação bilíngue para surdos promove:
 - a) O desenvolvimento simultâneo da LIBRAS e do português escrito.
 - b) O ensino do português oral como prioridade.
 - c) A exclusão da LIBRAS no processo educacional.
 - d) A segregação dos estudantes surdos.
- 18. A Portaria nº 122/2016 da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis enfatiza:
 - a) A importância do AEE no contraturno escolar.
 - b) O ensino segregado para alunos surdos.
 - c) A exclusão dos professores de LIBRAS.
 - d) A redução do atendimento a estudantes com deficiência.
- 19. A cultura digital aplicada ao ensino de LIBRAS deve:
 - a) Estimular a produção multimídia e a interação digital.
 - b) Restringir o uso da internet em sala de aula.
 - c) Substituir o ensino presencial.
 - d) Limitar o uso das mídias digitais.
- 20. A educação inclusiva busca:
 - a) A participação plena de todos os estudantes na escola.
 - b) A segregação dos alunos com deficiência.
 - c) A exclusão da diversidade cultural.
 - d) A uniformização do ensino.

1.C - 2.B - 3.B - 4.C - 5.A - 6.B - 7.A - 8.B - 9.B - 10.A 11.B - 12.A - 13.B - 14.B - 15.B - 16.B - 17.A - 18.A - 19.A - 20.A